



**4º Ciclo RPU info, Declaração conjunta entre AJPDH E ICO**  
**Pré-Sessão da Revisão Periódica Universal (RPU) sobre a República da Guiné-Bissau,**



**Exmos. Senhores e Exmas. Senhoras**

O meu nome é Biro Embaló, Presidente da Associação Juvenil para a Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Guiné-Bissau (AJPDH), sediada no capital Bissau. A AJPDH é uma organização sem fins lucrativos que tem como objetivo promover e defender os direitos humanos em todas as suas manifestações, instituída desde 2014.

Hoje, apresento as conclusões e recomendações do nosso relatório para a RPU das partes interessadas, apresentado em colaboração com a Organização Internacional das Comunidades (OIC), uma organização internacional independente que trabalha para a proteção e capacitação dos direitos das minorias.

### **Introdução**

A apresentação da AJPDH e da ICO à RPU sobre Guiné-Bissau, que contém mais de 30 grupos étnicos, **destaca a proeminência da discriminação interseccional para grupos minoritários assim como marginalizados, em particular os Fula, em áreas como o género (VBG), acesso à educação, o preconceito linguístico e a marginalização económica.**

### **1. Desenvolvimento**

#### **➤ Grupos minoritários na Guiné-Bissau**

A população da Guiné-Bissau é diversificada, sendo grande parte da população constituída por grupos étnicos como os Fula (15-20%) e os Bijagós (10%). A instabilidade política e as dificuldades de crescimento económico fizeram com que o governo central não conseguisse atribuir recursos suficientes para resolver os principais problemas enfrentados pelos grupos minoritários, **tais como a marginalização económica, os direitos ambientais, o direito à educação e os problemas de saúde, como a MGF.**

**E-mail:** [ajpdhgw14@gmail.com](mailto:ajpdhgw14@gmail.com); Facebook: AJPDH GW

**Sede Previsório:** Aldeia SOS, Lar dos jovens - Av. Dom Settimio Arturo Ferrazzetta, Bissau – Junto de Escritório da CODEDIC

**Contatos:** **Presidente** - 95 538 42 22 / 96 625 23 09 / Charlie Grant, senior programmes Manager International Communities Organisation: Email [Charlie.grant@internacionalcommunities.org](mailto:Charlie.grant@internacionalcommunities.org) / 85 Great Portland Street, London



A étnia Fula é composta por pastores, seminómadas, que enfrentam conflitos com as comunidades agrícolas sobre a utilização das terras. Na Guiné-Bissau, os Fulas vivem maioritariamente em zonas rurais, falam Fula e Língua nacional guineense, sendo a sua língua um elemento central da sua identidade étnica.

### *PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES*

1. Investir em microprojeto e programas de desenvolvimento de competências para mulheres, especialmente em áreas rurais e tradicionais onde frequentemente enfrentam limitações no acesso ao mercado de trabalho;
2. Incluir comunidades marginalizadas, como os Bijagós, no processo tomada de decisão nacional sobre políticas de terra e ambientais ;
3. Garantir consentimento livre, prévio e informado (LPI) para todas os projetos de desenvolvimento que afetem as comunidades locais.

#### ➤ **Direito à Educação**

O acesso à educação para a comunidade Fula tem sido um desafio persistente, porque a maioria das crianças Fulas enfrentam dificuldades no acesso à educação de qualidade. Isso é agravada pela falta de infraestruturas educacionais em algumas regiões, sectores e tabancas longínquas, a escassez de professores, falta de recursos materiais e didáticos suficientes, por falta de engajamento do Governo. Em áreas rurais, onde muitas comunidades estão, o número de escolas é limitado principalmente na região de Gabu, onde ainda alguns sectores administrativos não dispõem dos liceus, ou seja, 10º a 12º ano de escolaridade.

**E-mail:** [ajpdhgw14@gmail.com](mailto:ajpdhgw14@gmail.com); Facebook: AJPDH GW

**Sede Previsório:** Aldeia SOS, Lar dos jovens - Av. Dom Settimio Arturo Ferrazzetta, Bissau – Junto de Escritório da CODEDIC

Contatos: **Presidente** - 95 538 42 22 / 96 625 23 09 / Charlie Grant, senior programmes Manager  
Internacional Communities Organisation: Email [Charlie.grant@internacionalcommunities.org](mailto:Charlie.grant@internacionalcommunities.org) / 85 Great Portland Street, London



## Recomendações :

- *Desenvolver políticas públicas de inclusão educacional que atendam às necessidades das comunidades étnicas, bem como a criação de escolas em áreas rurais para facilitar o acesso à educação de qualidade;*
- *Implementar plenamente o “Programa 6-6” para garantir que os jovens em áreas rurais completem a educação primárias e secundário;*
- *Expandir o acesso à educação para minorias linguísticas e étnicas através de iniciativas de ensino bilingue;*
- *Fornecer recursos adicionais e formação para professores que trabalham em áreas marginalizadas.*

### ➤ Desigualdade social, gênero e direitos das crianças

O governo Bissau-Guineense tem continuado o seu trabalho para melhorar as leis que garantem os direitos das mulheres, como a adoção da CEDAW. No entanto, de acordo com o estudo MICS 2018, 52% das mulheres e raparigas entre os 15 e 49 anos, foram submetidas a alguma forma de MGF, com a taxa a variar até 87% (Bafatá) e 96% (Gabú).

Além disso, por falta de oportunidades e engajamento sério do governo, continuam a existir disparidades de gênero para as mulheres, com diferenças salariais significativas no mercado de trabalho, acesso limitado a bens e proteção inadequada desses bens. Muito poucas mulheres são proprietárias das terras que cultivam, o que constitui um problema significativo, uma vez que a economia da Guiné-Bissau é majoritariamente agrícola.

Por incumprimento da lei de paridade, a representação feminina também continua a ser baixa em todas as esferas políticas e sociais da Guiné-Bissau.

O tráfico de crianças continua a representar um risco grave na Guiné-Bissau, particularmente o tráfico de rapazes guineenses para trabalhos forçados, a venda ambulante,

**E-mail:** [ajpdhgw14@gmail.com](mailto:ajpdhgw14@gmail.com); Facebook: AJPDH GW

**Sede Previsório:** Aldeia SOS, Lar dos jovens - Av. Dom Settimio Arturo Ferrazzetta, Bissau – Junto de Escritório da CODEDIC

Contatos: **Presidente** - 95 538 42 22 / 96 625 23 09 / Charlie Grant, senior programmes Manager  
Internacional Communities Organisation: Email [Charlie.grant@internacionalcommunities.org](mailto:Charlie.grant@internacionalcommunities.org) / 85 Great Portland Street, London



na agricultura e na mendicidade em Senegal; bem como uma elevada incidência de tráfico sexual envolvendo mulheres guineenses, que são exploradas no comércio sexual e na servidão doméstica.

### Recomendações

- *Aplicar rigorosamente as leis que criminalizam a Mutilação Genital Feminina (MGF) principalmente em regiões de alta prevalência como Gabu e Bafatá;*
- *Implementar iniciativas direcionadas para melhorar os direitos de propriedade de terras e as oportunidades económicas para as mulheres;*
- *Dotar as agências encarregues da aplicação da lei com recursos para combater eficazmente o tráfico de crianças;*
- *Aumentar a representação política feminina para cumprir a quota de 36% exigida pela lei de 2018.*

*Genebra, 18 de janeiro de 2025.*

**Atentamente**  
*Biro Embaló*  
**/ O Presidente da AJPDH /**

**E-mail:** [ajpdhgw14@gmail.com](mailto:ajpdhgw14@gmail.com); Facebook: AJPDH GW

**Sede Previsório:** Aldeia SOS, Lar dos jovens - Av. Dom Settimio Arturo Ferrazzetta, Bissau – Junto de Escritório da CODEDIC

Contatos: **Presidente - 95 538 42 22 / 96 625 23 09** / Charlie Grant, senior programmes Manager  
Internacional Communities Organisation: Email [Charlie.grant@internacionalcommunities.org](mailto:Charlie.grant@internacionalcommunities.org) / 85 Great Portland Street, London